

CADE define tabela de Gratificação de Representação

Em sua reunião de 20 de agosto, o CADE aprovou o rol de funções de confiança e respectivos enquadramentos/gratificações de representação, para implementação da reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Unesp.

A reunião foi presidida pelo professor Ricardo Rached, em substituição ao professor Júlio Cezar Durigan, durante o processo eleitoral na Unesp. Após questionamento por parte de membros do Chapão, a Sra. Emília (CRH) informou que está em fase de conclusão o edital para licitação da empresa que fornecerá o vale combustível aos funcionários que assim o desejarem. Segundo ela, a implantação deve ocorrer em breve. Esta é uma reivindicação antiga do Sintunesp e a expectativa é que seja implantada o mais rápido possível.

Em relação às GR's, os representantes do Chapão e do Sintunesp presentes à reunião do CADE informam que houve uma análise pontual de todas as emendas apresentadas pelos conselheiros na reunião passada. O companheiro Ademir Machado dos Santos, um dos representantes do Chapão, destaca a aprovação da criação das funções de Assessor Administrativo I, com a GR de 11,38% (Departamentos de Ensino, DTA's e DTAd's); Assessor Administrativo II, com a GR de 14,02% (Diretorias e Vice-Diretorias); e Assessor Administrativo III, com a GR de 17,27 (Reitoria). "Assim, está sendo contemplada uma reivindicação antiga das nossas secretárias e está aberto o caminho para a implantação da Reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos", diz Ademir.

A tabela com as respectivas propostas foi aprovada com as emendas, sendo que aqueles que tiveram a GR rebaixada não serão afetados enquanto permanecerem na função, o mesmo ocorrendo com aqueles que já têm o valor incorporado e não estão mais na função.

Também merece destaque a aprovação da revalorização das GR's dos Supervisores de Seção e Setor, Diretores de Serviços, que reivindicam esta correção há anos, e ainda a equiparação das GR's dos motoristas no valor de 10% (Reitoria e Diretores de Unidade).

Como a proposta do Grupo de Estudos atende somente aos que exercem a função de confiança na ativa (excluindo os inativos e aqueles que não exercem função de confiança, mas recebem GR), houve vários questionamentos por parte dos conselheiros, do Sintunesp e, também, da comunidade. Visando um melhor entendimento jurídico da legali-

dade do pagamento diferenciado das GRs no âmbito da Unesp, foi sugerida pelo professor Rached a composição de uma Comissão, para analisar, no prazo máximo de 45 dias, as seguintes alternativas:

1 - Possibilidade de pagamento a todos os servidores que recebem a GR (que estão atualmente exercendo a função, que não estão na função mas já a incorporaram e os inativos). Será estudado o impacto financeiro dessa proposta, com análise da Comissão de Orçamento e parecer jurídico da AJ. Esta proposta é defendida pelos membros do Chapão e pelo Sintunesp. O Sindicato tem, inclusive, um parecer de sua assessoria jurídica, justificando a extensão da GR para todos (ativos, inativos e os que já incorporaram).

2 - Possibilidade de pagamento a todos

os servidores que recebem a GR, excluindo os inativos, com parecer da AJ.

A Comissão foi composta pelos professores Gomide (Araraquara) e Cláudia (Botucatu) e pelos servidores Ademir (Guará) e João Carlos (São José do Rio Preto), mais um membro da AJ, com assessoramento da CRH e Comissão de Orçamento.

Somente após a conclusão dos trabalhos da Comissão e posterior apreciação do CADE, poderá ser aplicada a nova tabela com as respectivas mudanças.

Confira o que foi aprovado no site

Em www.sintunesp.org.br, confira as tabelas aprovadas.

CO aprova contratações para as Unamos

Em sua reunião de 26 de junho, o Conselho Universitário (CO) da Unesp analisou a Proposta de Subquadro para as Unidades de Atendimento Médico, Odontológico e Social (Unamos). A proposta, elaborada por uma comissão constituída pelo CADE, já havia sido aprovada em reunião daquele órgão colegiado, em fevereiro deste ano.

Baseando-se em documentos elaborados pelas atuais coordenadoras das Unamos, em conversas com o coordenador do Programa Geral de Saúde e Segurança do Trabalhador (PGSST), o médico Ary Galasso, e em visitas às unidades, a comissão traçou um diagnóstico da situação e fez diversas propostas, entre elas a contratação de vários profissionais para uniformizar o quadro das Unamos. Após a aprovação no CADE, as medidas seguiram para o CO.

A comissão foi criada em agosto de 2006 e composta pelos professores Luiz Roberto Vasconcellos Boselli, do campus de Marília (presidente) e Edson Antônio Capello Souza, de Bauru, e pelo servidor João Carlos Camargo de Oliveira, de São José do Rio Preto e diretor do Sintunesp.

De acordo com o relatório aprovado, todas as Unamos deverão ter um quadro mínimo de profissionais para atendimento das demandas geradas pelo PGSST, perícias médicas e demanda espontânea de servidores, professores e alunos: um clínico geral, um médico especialista a ser decidido pela unidade universitária, um médico do trabalho, um assistente social, um enfermeiro, um técnico de segurança do trabalho, um auxiliar de enfermagem, um oficial administrativo e um auxiliar de serviços gerais.

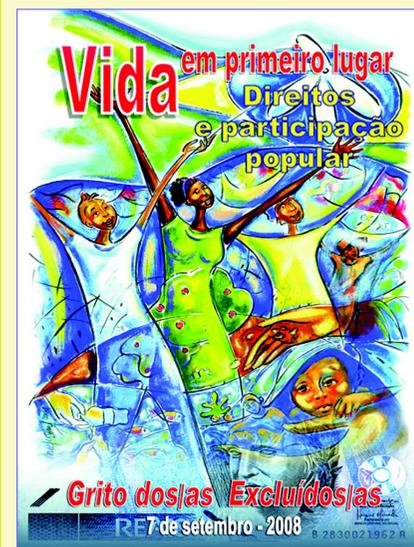
"Notamos desigualdade evidente entre as Unamos, desde equipes completas, contando inclusive com dentistas, até algumas com apenas dois profissionais", destaca Boselli.

As contratações

Em seu Despacho n 105/08, a Secretaria Geral da Unesp informa a contratação, em regime de urgência, de 12 profissionais médicos, em caráter regional; quatro profissionais técnicos e cinco técnicos de segurança do Trabalho.

Por sugestão de alguns conselheiros, o CO também aprovou a contratação de um cirurgião dentista em cada Unamos e cinco psicólogos, sendo um para cada setor regional.

Sintunesp participa do Grito dos Excluídos 2008



Como já virou tradição entre os movimentos sociais brasileiros, a Semana da Independência será comemorada de uma forma diferente nas capitais e em várias cidades do país.

Com o tema "**Vida em primeiro lugar: Direitos e participação popular**", o Grito dos Excluídos 2008 contará com várias atividades durante a semana (cursos, seminários, apresentações de música, dança, teatro, feiras de economia solidária etc), culminando em atos públicos no dia 7 de setembro. Na capital paulista, o ponto alto será um ato na Praça da Sé.

O Grito dos Excluídos é promovido pela Pastoral Social da Igreja Católica, com o apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e de movimentos sociais. Neste ano, o Sintunesp está contribuindo com a organização do evento e enviará representantes aos atos em São Paulo e em cidades do interior.

Em 2000 e 2002, o Grito foi realizado em conjunto com dois plebiscitos populares: o primeiro sobre a dívida externa e o segundo sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Estas iniciativas, bem sucedidas em termos de participação popular, ocorreram em todos os estados e em mais de 3 mil municípios, levando às urnas acima de 6 milhões de votantes em 2000 e mais de 10 milhões em 2002.

Em 2007, o Grito ocorreu em paralelo ao plebiscito pela anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, estatal que foi privatizada em maio de 1997. O resultado mostrou que a maioria da população brasileira aprova a proposta de anulação. Dos 3,729 milhões de pessoas que participaram da consulta, 94,5% responderam NÃO à pergunta "A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?".